

A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu

José Otacílio da Silva
(UNIOESTE)

RESUMO: Como parte de um projeto mais amplo onde se pretende analisar como os diversos cientistas sociais concebem a produção de ideologias políticas, o presente artigo tem a pretensão de demonstrar como Pierre Bourdieu trata da questão em sua teoria sociológica. Por meio de pesquisa bibliográfica, o artigo demonstra que a concepção de Bourdieu acerca do processo de produção de discursos políticos, desmistifica a pretensão de se ter um discurso político como verdade absoluta. Aos olhos de Bourdieu, o teor de um discurso político depende das lutas simbólicas pelo poder simbólico que ocorrem entre os agentes do campo político. Nessas lutas, os discursos políticos são produzidos conforme as necessidades internas e conforme as necessidades externas do campo político. Assim, o caráter de verdade ou a legitimidade de um discurso político dependem não necessariamente de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, portanto, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso político; campo político, poder simbólico.

ABSTRACT: As part of a wider project where it intend to analyze as the several social scientists conceive the production of political ideologies, the present article has the pretension of demonstrating like Pierre Bourdieu treats of the subject in his sociological theory. Through bibliographical research, the article demonstrates that Bourdieu's conception concerning the process of production of political speeches, demystifies the pretension of having a political speech as absolute truth. To Bourdieu's eyes, the tenor of a political speech depends on the symbolic fights for the symbolic power that you/they happen among the agents of the political field. In those fights the political speeches are produced according to the internal needs and according to the external needs of the political field. Like this, the truth character or the legitimacy of a political speech not necessarily depend on his content, but of his symbolic power, therefore, of his capacity to conquer followers and of being for them I accept as legitimate.

KEYWORD: speech political; political field; symbolic "power"

INTRODUÇÃO

O homem - para atuar na vida política - seja na condição de autoridades públicas, seja na condição de agentes que influenciam as decisões políticas - deve ser detentor não só de certos instrumentos de poder, mas também ser portador de uma ideologia ou de alguma crença que lhe mostre os fins a serem alcançados e, mais do que isto, que o motive a participar da vida política. Como diria Max Weber (1982), o que leva o homem a lutar e a se dedicar às atividades políticas é a “paixão” que ele tem por uma causa: se ele não for apaixonado por uma causa - seja ela “um deus ou um demônio” - ele não teria motivação para se envolver na luta política; ele não teria “o romantismo daqueles que são intelectualmente interessantes” (WEBER, Ensaio, 1982, p. 97-153). Quer dizer, o político, ao lutar por uma causa, luta, inevitavelmente, pelo e ou com o poder político como um meio para atingi-la. Nessa luta, o político pode embriagar-se e, com isso, perder o senso de responsabilidade. É por terem uma ideologia e serem apaixonados por uma causa que os homens constroem escolas, hospitais, mas é também por essa mesma razão que eles cometem atrocidades. Foi assim que, em nome da “liberdade”, recentemente, Georg Bush bombardeou o Afeganistão e o Iraque destruindo milhares de vidas inocentes e foi assim, também, que o povo brasileiro, em nome da “liberdade de mercado”, teve suas liberdades tolhidas por uma ditadura militar que se estendeu por vinte anos.

São esses perigos proporcionados pelas ideologias que motivam a realização deste estudo. Embora, em um estudo mais amplo, se pretenda estudar como as diversas correntes do pensamento sociológico tratam da questão da produção de ideologias, o presente artigo terá o propósito de analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, como Pierre Bourdieu (1930-2002) trata do processo de produção de ideologias políticas. Nas discussões argumentar-se-á que a concepção de Bourdieu acerca do processo de produção de discursos políticos, ao revelar os mecanismos em que as ideologias políticas são produzidas, pode contribuir para a desmistificação de supostas verdades absolutas e, portanto, para a afirmação da relatividade das visões de mundo. As discussões tratarão, num primeiro momento, da evolução da noção de ideologia; num segundo momento, da noção de ideologia em Pierre Bourdieu e, por fim, de sua concepção sobre o processo de produção dos discursos políticos.

A NOÇÃO DE IDEOLOGIA

A noção de *ideologia* foi elaborada em inícios do século XIX por Destutt de Tracy para nomear a “ciência das idéias” que ele acabava de fundar. Antes de

Tracy, porém, o termo *ideologues*, referindo-se aos produtores de idéias, já havia sido cunhado para designar os membros do grupo de Savants do Institut de France, criado pela Convenção de 1795, como um novo centro de pensamento da Revolução Francesa. Esse grupo se preocupava em estabelecer as relações entre a história e o pensamento e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, buscar as idéias verdadeiras para qualquer conjuntura (CENTRE for contemporary cultural studies, 1983, p. 16). Entretanto, é na obra de Desttut de Tracy, intitulada *Elements D'ideologie*, que o termo *ideologia* aparece pela primeira vez. Com esta obra o autor pretendia inaugurar a "história natural das idéias", ou seja, uma ciência das idéias onde a evolução do pensamento humano seria tratada com a mesma cientificidade com que a zoologia, por exemplo, tratava a evolução dos animais em geral. Como o grupo de Savants, a preocupação de Tracy, naquela obra, consistia em "revelar a historicidade das idéias" e, ao mesmo tempo, "um conhecimento universal e verdadeiro da natureza humana" (CENTRE for contemporary studies, 1983,, p. 17.).

A partir desta noção de ideologia elaborada por Tracy, o termo passou a denominar as idéias e representações ilusórias em relação à realidade social. Este novo conteúdo que o conceito de ideologia adquiriu foi um resultado das atitudes políticas de Napoleão Bonaparte. Até o momento em que Napoleão necessitou da aliança com os membros do grupo de Savants, ideologia, para ele, significou ciência, isto é, estudo científico das idéias e representações do mundo social. Entretanto, a partir do momento em que Napoleão necessitou aliar com outras camadas sociais e romper os seus estreitos laços com os savants, ele atribuiu outra conotação ao termo ideologia. Aquilo que, para ele, significava ciência, passou a ser, pejorativamente, expressão do engano, da falsidade, das ilusões. Assim, se na obra de Tracy o conceito de ideologia significava o conjunto de idéias que expressava a ciência, com Napoleão o termo passou a significar idéias "enganosas"; "idéias abstratas e enganadoras"; "metafísica obscura"; "ilusões" do pensamento em relação ao mundo social (LÖWY, 1987, p.16 e 17). Coube a Marx e Engels recuperarem essa noção de ideologia vulgarizada por Napoleão e, ao mesmo tempo, com base nas premissas do método de análise elaborado por eles - o materialismo histórico - fundamentarem o caráter de ilusão que lhe foi atribuído.

Partindo do pressuposto de que é o "ser social" que determina a consciência dos homens; de que é a "estrutura econômica da sociedade" que determina a "superestrutura jurídica e política" (MARX e ENGELS, s/d, p.301-302), Marx e Engels sugeriram que as idéias e as representações produzidas pelos homens constituíam-se um "reflexo" das relações que eles estabeleciam entre si na realidade em que viviam. Neste sentido, Marx e Engels afirmavam em *A ideologia alemã* que "a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente

entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo, etc.” (MARX e ENGELS, 1987, p.36)

No entendimento de Marx e Engels, se as idéias e representações, presentes tanto nas consciências dos indivíduos como na superestrutura, aparecem como ilusões ou fantasias, isto é, como idéias que não representam a realidade social, isto se deve às contradições que se manifestam na própria estrutura econômica e social; nas próprias relações que, objetivamente, os indivíduos estabelecem entre si no processo da produção econômica. Em outras palavras, na visão de Marx, as idéias tornam-se ilusórias, enganosas, fantasiosas, a partir do momento em que surge a divisão do trabalho - particularmente a divisão entre trabalho manual e intelectual - e com ela, as contradições entre forças produtivas e relações de produção, por um lado, e, por outro, os interesses divergentes e antagônicos das classes sociais. A partir do momento em que ocorre a separação entre o trabalho material e o trabalho espiritual, diziam Marx e Engels em *A ideologia alemã*,

a consciência pode realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente; representar realmente algo sem representar algo real. Desde esse instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., 'puras'. Mas ainda que esta teoria, esta teologia, esta filosofia, esta moral, etc., entrem em contradição com as relações existentes, isso só pode acontecer porque as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existentes..

Desta relação que Marx e Engels estabelecem entre ser social e consciência, entre infra-estrutura e superestrutura, pode-se compreender o caráter de ilusão, de fantasia que eles concederam à noção de ideologia. Ao contrário das idéias “verdadeiras”, isto é, das idéias que emanam da realidade social por meio da práxis de determinados agentes sociais e que, portanto, representam o movimento real da sociedade, as ideologias não seriam outra coisa senão as idéias e representações falaciosas que se distanciam da realidade sem representá-la realmente. Nas palavras de Engels, ideologia nada mais seria senão um conjunto de “idéias concebidas como entidades dotadas de subsistência própria, com um desenvolvimento independente e submetidas tão somente às suas próprias leis”. (MARX e ENGELS, s/d, p. 203, v. 3). Enfim, com esta noção de ideologia Marx e Engels queriam designar as idéias fantasiosas que poderiam estar presentes tanto

nas consciências de determinados indivíduos - e até mesmo na consciência do proletariado, na medida em que eles ainda não tivessem, individualmente ou em grupo, compreendido o movimento real da sociedade - como inscritos nas próprias instituições sociais, na forma de direito, moral, filosofia, arte, religião, discursos políticos, etc.

Em sua obra *História e consciência de classe*, Georg Lukács retoma a noção de ideologia elaborada por Marx e Engels e procura mostrar os condicionamentos sociais das ideologias, ou seja, da falsa representação da realidade social. Para ele, as ideologias são consideradas como “visões de mundo” que possuem diversos níveis de representatividade da realidade social. Um conhecimento adequado à realidade social teria que apreender a “totalidade” das relações contraditórias e antagônicas que se estabelecem entre os homens. Esta totalidade de relações estaria propensa a se tornar mais visível para o proletariado, pois, ao contrário da burguesia, a sua situação de classe o impelia para a busca da verdade como uma “questão de vida ou de morte”. Neste caso, o proletariado poderia encontrar a verdade sobre si mesmo, na medida em que encontrasse a totalidade daquelas relações. A burguesia, ao contrário, teria mais dificuldades que o proletariado para apreender a totalidade do social, porque ela teria a sua visão ofuscada pela sua própria situação de classe. (LUKÁCS, 1981, p.59-86)

Como Lukács, Gramsci procurou discutir o conceito de ideologia distinguindo os diversos níveis em que as ideologias representam ou não a realidade social. Enfatizando as ideologias enquanto sistemas de idéias, enquanto concepções de mundo - no mesmo sentido da noção de “visão de mundo” elaborada por Lukács - e entendendo que os próprios sistemas de idéias elaborados pelas ciências positivistas não são outra coisa senão ideologias ou concepções de mundo particulares (Gramsci, s/d, p. 60-70), Gramsci procurou fazer distinção entre “ideologias historicamente orgânicas” e “ideologias arbitrárias”. Enquanto as primeiras significariam conjuntos de idéias “necessárias a determinadas estruturas sócio-econômicas” - idéias elaboradas pelos “intelectuais orgânicos” na convivência com o senso-comum, portanto, idéias impregnadas de historicidade - as segundas significariam idéias “desejadas”, elaboradas pelas “elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos” (GRAMSCI, s/d, p. 61-63)

Por último - para não estender muito nessa apresentação das diversas nuances que o termo ideologia adquiriu ao longo do tempo - faz-se necessário observar como Karl Mannheim tratou da questão em seu livro *Ideologia e utopia*. Nessa obra, Mannheim considera que as ideologias - enquanto sistemas de idéias que pretendem representar o mundo social - são historicamente relativas, pois, - dado à própria dinamicidade dos fatos sociais e os juízos de valores que inevitavelmente estão presentes na subjetividade dos agentes sociais - a verdade

sobre a realidade social não poderia ser atingida. Diante desta conclusão e a despeito do equívoco que, a nosso ver, o autor cometeu ao indicar a “*intelligentsia* descompromissada” - intelectuais - como capaz de elaborar a síntese daquelas verdades parciais, Mannheim, ao mesmo tempo em que procura elaborar uma definição de ideologia em geral, chama à atenção para o caráter da transformação ou da conservação que podem estar presentes nos conteúdos das ideologias. Assim, ao conjunto de idéias e representações estruturadas que pretende explicar a ordem social, ele denomina “ideologia total” (MANNHEIM, s/d). Entre as ideologias totais têm-se, por um lado, a “ideologia” significando o conjunto de idéias sistematizadas que “visam à conservação da ordem social”, e, por outro lado, a “utopia” que também significaria conjunto de idéias e representações sistematizadas, mas que, ao contrário, “visaria à transformação da ordem social”.

Como se pôde observar nesta rápida exposição, a noção de ideologia adquiriu os mais variados significados ao longo de sua evolução. Com exceção de Tracy que denominou, como ideologia, a “ciência das idéias”, os demais autores que procuraram definir o termo o trataram, de certo modo, como falsas representações do mundo social; como idéias e representações que constituem a subjetividade de determinados agrupamentos sociais ou como sistemas de idéias que se encontram instituídos fora das consciências dos indivíduos, etc. Nesse caso, o sentido que Marx atribuiu ao termo não era outro senão o sentido de falsas representações do mundo social que poderiam estar presentes tanto na consciência dos indivíduos como instituído nas superestruturas jurídicas, políticas, filosóficas, etc. Ao que tudo indica, Marx não consideraria, como ideologia, as idéias e representações que correspondessem ao mundo social - idéias que tanto poderiam estar presentes na subjetividade dos indivíduos como instituídas nas superestruturas. Entre outros marxistas, Lênin, em particular, procurou aprofundar a distinção que Marx fazia entre falsas representações e representações correspondentes à realidade social, e, ao mesmo tempo, as considerações marxianas que têm as ideologias como representações do mundo social e que podem estar presentes tanto na subjetividade dos indivíduos como na exterioridade das consciências particulares. Mannheim, nessa mesma linha, tentou elaborar uma distinção entre ideologias e utopias, sugerindo que as primeiras seriam as idéias e representações que estariam em defesa da conservação da ordem social e, as segundas, as que estariam em defesa da subversão social.

Nem todos estes aspectos da noção de ideologia que os diversos estudiosos destacaram, são relevantes para o propósito da presente discussão. No momento, não interessa, por exemplo, estudar como se forma a consciência de determinados agrupamentos sociais; se determinadas idéias e representações constituintes da subjetividade dos indivíduos correspondem ou não à realidade social; se as idéias

e representações instituídas na exterioridade das consciências particulares possuem ou não alguma adequação com o mundo social; se determinadas ideologias visam à conservação ou a transformação da ordem instituída; etc., e tampouco interessa se elas expressam ou não a verdade absoluta. As idéias e representações religiosas, políticas, morais, podem estar presentes na subjetividade dos indivíduos; podem ser tidas como verdades absolutas ou relativas por parte de seus adeptos; podem estar em defesa do *status quo* ou do avanço da sociedade, mas, de qualquer forma, o que importa frisar, aqui, é que elas podem estar “objetivadas” nas instituições sociais sob as mais diversas denominações: comunismo, liberalismo, social-democracia, espiritismo, budismo, cristianismo, etc. Assim, no âmbito desse artigo basta entender a noção de ideologia como sistema de conceitos e proposições que visa explicar o mundo social e que se encontra instituído na exterioridade das consciências particulares.

A NOÇÃO DE IDEOLOGIA NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU

A noção de ideologia adquire as mais variadas denominações na obra de Pierre Bourdieu. Nessas denominações, a noção de ideologia aparece, de modo alternado, como “sistemas ideológicos”, “sistemas simbólicos”, “representações do mundo social”, “visões de mundo”, “discursos”; “história reificada”, etc. Há que notar, em todas essas terminologias, a noção de ideologia adquire o significado que atribuímos ao termo: sistema de conceitos e proposições que visam explicar o mundo social e que se encontra instituído na exterioridade das consciências particulares. Quando Bourdieu se refere às idéias e representações - sejam elas sistematizadas ou não - que se encontram presentes na subjetividade dos agentes sociais, ele as chama, de um modo geral, de “habitus”, de “história incorporada”; de “predisposições” ou simplesmente de idéias e representações. Assim, para entender a noção de ideologia no pensamento de Bourdieu é interessante observar como ele trata das idéias e representações que constituem a subjetividade dos agentes sociais e, em seguida, como ele trata das ideologias ou dos sistemas ideológicos.

O conceito de *habitus* constitui uma das noções fundamentais que compõe a teoria sociológica de Bourdieu. Por esta expressão, Pierre Bourdieu (1983^a, p 61-61) denomina

os sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto de obediência a regras,

objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de obediência a regras.

Simplificando ao extremo, a noção de *habitus* se refere às idéias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos - portanto, suas predisposições para a ação - e que são adquiridas por eles ao longo de suas trajetórias sociais. Essas idéias e representações são “estruturas estruturadas” porque é o resultado da interiorização das estruturas objetivas; são também “estruturas estruturantes” porque elas são predisposições que tendem a nortear as práticas dos indivíduos e, portanto, a reestruturar as estruturas objetivas.

Com a noção de *habitus* Bourdieu pretendeu contemplar o “lado ativo” do sujeito que, segundo ele, estaria aprisionado nas teorias “mecanicistas”, “deterministas” que fazem dos sujeitos meros suportes das estruturas objetivas. Assim, ao contrário da “teoria do reflexo” que estabelece uma determinação mecânica de uma base material sobre a consciência do indivíduo e, conseqüentemente, sobre as suas práticas; ao contrário do estruturo-funcionalismo que concebe às práticas dos indivíduos como “obediência a regras”, com a noção de *habitus* Bourdieu pretendeu estabelecer uma mediação entre as estruturas e as práticas (BOURDIEU, 1989, p. 59-73). Neste sentido, o *habitus* funcionaria como um elemento que, dentro de certos limites, possibilitaria aos indivíduos elaborarem as suas estratégias de ação. Isto significa dizer que, ao agir, o indivíduo não necessariamente estaria orientando, consciente ou inconscientemente, a sua conduta conforme as determinações das estruturas objetivas - ideais ou materiais - mas em conformidade com o seu *habitus*, isto é, com as idéias e representações que adquire ao longo de suas trajetórias sociais nas diversas esferas do espaço social. Nas palavras de Bourdieu, “a ação não é uma resposta cujos segredos estariam inteiramente no estímulo detonador. Ela tem como princípio um sistema de disposições que chamo de *habitus*, que é o produto de toda a experiência biográfica (...)”. Esses *habitus* – continua Bourdieu – “espécies de programas montados historicamente, estão, de uma certa maneira, na origem da eficácia dos estímulos que os detonam, pois esses estímulos convencionais e condicionais só podem se exercer sobre organismos dispostos a percebê-los” (BOURDIEU, 1983, p.60)

É a noção de *habitus* que permitiu a Bourdieu compreender não apenas o comportamento do indivíduo, isoladamente, mas também o comportamento dos agrupamentos sociais. No que se refere aos grupos ou classes sociais, é o “*habitus de classe*” que exerce o papel de mediador entre as estruturas e as práticas. Embora Bourdieu reconheça que o *habitus* seja produto de uma experiência biográfica, ele não descarta a possibilidade de formação do *habitus* de classe, isto é, de esque-

mas de percepções e de ações comuns a determinados grupos de indivíduos que tenham percorrido trajetórias sociais semelhantes. Ou seja, para Bourdieu, “o fato de não existirem duas histórias individuais iguais, faz com que não exista dois *habitus* idênticos, embora haja classes de experiências ou classes de *habitus* que possibilitam que determinados indivíduos - consciente ou inconscientemente - orientem suas ações no mesmo sentido”. Pensar e agir em comum são apenas uma possibilidade, pois, conforme Bourdieu, “classe” não seria outra coisa senão “conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, logo, a práticas e tomadas de posições semelhantes” (...). Não é realmente uma classe - continua Bourdieu mais adiante - uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta. Poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe *provável*, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes. (BOURDIEU, 1989, p.136)

As ideologias - enquanto sistemas de idéias que visam representar o mundo social e que estão presentes na exterioridade das consciências particulares -, no pensamento de Bourdieu, teriam o mesmo significado que adquire na obra de Weber, quer dizer, “visões de mundo relativas”, tais quais são os sistemas de idéias e representações religiosos, morais, políticos, etc., inscritos objetivamente nas instituições: religião; direito; partido político; etc. Enquanto ideologia, um discurso político, por exemplo, seria a “história reificada”, “objetivada”, isto é, “a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.82)

A noção de ideologia, como história reificada, torna-se mais evidente se se observa a concepção de Bourdieu acerca da adesão dos indivíduos às diversas ideologias. Na concepção de Bourdieu, a adesão dos agentes sociais aos diversos discursos político partidários, por exemplo, não seria outra coisa senão o encontro entre a história incorporada e a história reificada. Ou seja, o encontro dessas duas histórias não seria outra coisa senão a manifestação da “afinidade” - expressão utilizada por Max Weber (1983) existente entre as idéias e representações que os indivíduos adquirem ao longo de suas trajetórias sociais e as ideologias que se encontram em oferta no mercado de bens simbólicos. É neste quadro que Bourdieu conceberia, por exemplo, a adesão dos indivíduos às diversas ideologias políticas.

Como se pôde observar nas discussões precedentes, na teoria de Bourdieu as ideologias, no sentido que atribuímos ao termo - sistemas de conceitos e proposições que visam explicar o mundo social e que se encontram no exterior das consciências particulares - não seria outra coisa, senão aquilo que, alternadamente,

ele denomina de “sistemas simbólico”, “visões de mundo”, “discursos”, etc., e que se encontram em oferta no mercado de bens simbólicos de campos específicos do espaço social e à disposição dos leigos consumidores. Uma vez constatado que a noção de ideologia, no sentido que concedemos ao termo, é um componente intrínseco da obra de Bourdieu, cabe observar agora, como, em seu entender, são produzidas essas visões de mundo, ou seja, os discursos políticos partidários.

A PRODUÇÃO DE IDEOLOGIA

No entendimento de Bourdieu, os discursos políticos que se encontram em oferta no mercado de bens políticos, são produtos das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político – um subespaço específico do “espaço social”. Como se pôde perceber anteriormente, Bourdieu define o espaço social como um espaço “multidimensional” constituído por diversos “campos relativamente autônomos” - campo religioso; campo do direito; campo literário; campo da ciência; campo político; etc. É no interior de cada um destes campos que se travam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. (BOURDIEU, 1989, p.14). Ou seja, a luta simbólica não é outra coisa senão a “luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a” (BOURDIEU, 1989, p.174). Em síntese, é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, pelo “monopólio da expressão legítima da verdade do mundo”, que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias, no caso do campo político, as ideologias ou discursos políticos.

Embora Bourdieu considere que, de uma maneira ou de outra, os agentes sociais em geral participem das lutas simbólicas ou, mais precisamente, da produção de discursos políticos, a elaboração desses sistemas simbólicos é uma tarefa especial designada a agentes especiais. Para Bourdieu, independentemente das lutas simbólicas que se estabelecem no interior do campo político, “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.” (BOURDIEU, 1989, p.11). Entretanto, estas classes

e frações de classes podem delegar poderes aos “especialistas da produção simbólica” para que esta luta se desenvolva também no interior de cada campo específico, onde o que está em jogo é “monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, o poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários - embora, ignorados como tais - da realidade social” (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Nas lutas simbólicas que se desenvolvem no interior do campo político, os protagonistas produzem os conteúdos de seus discursos políticos atendendo não só às “necessidades internas” do campo político, mas também às “necessidades externas” dos agentes exteriores ao campo, não especializados na tarefa de produzir discursos políticos. Isto significa dizer que os discursos políticos são o resultado tanto das condições sociais dos agentes diretamente envolvidos no processo de sua produção, quanto das condições sociais dos agentes externos que seriam os seus eventuais consumidores. Nas palavras de Bourdieu, as ideologias, ou seja, os discursos políticos, são duplamente determinados: eles “devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)”, no caso, o campo político (BOURDIEU, 1989, p. 13). As necessidades internas do campo político são determinadas na concorrência que se estabelece entre os agentes no interior desse campo e pela própria estrutura social interna em que esses agentes se posicionam em termos de seu respectivo *quantun* de capital simbólico acumulado. Por um lado, na concorrência pelo monopólio de uma representação legítima do mundo, particularmente do mundo social, determinados produtores de visões de mundo - partidos, facções ou militantes - procuram introduzir em seus discursos políticos elementos que permitem “distingui-los” dos discursos políticos que são produzidas pelos seus concorrentes - os demais partidos, facções ou militantes. Por outro lado, uma vez que esses agentes internos se encontram hierarquizados conforme as suas respectivas situações atuais nessa estrutura interna e conforme o nível do capital simbólico por eles incorporado ou neles objetivado, há uma tendência para que aqueles que estão numa situação de dominados nessa estrutura produzam um discurso político com teores que visem a subversão da ordem instituída, por meio da subversão dos discursos políticos que se encontram em posições dominantes e, ao mesmo tempo, uma tendência para que aqueles que se encontram em uma situação de dominantes produzam discursos políticos que visem a perpetuação de sua legitimidade.

O atendimento que os produtores de discursos dão às necessidades externas do campo, da mesma forma que o atendimento que eles concedem às necessidades internas, pode interferir no conteúdo do discurso político que produzem. À medi-

da que os produtores de discursos políticos se vêm constrangidos a atender às necessidades externas do campo político, necessariamente eles devem introduzir elementos no teor do discurso, de modo que ele adquira uma adequação em relação aos interesses, ou melhor, ao *habitus* daqueles a quem tal discurso será destinado para o consumo. Naturalmente, o atendimento às necessidades externas está subordinado ao atendimento às necessidades internas e até mesmo aos interesses dos próprios agentes produtores de discursos políticos. Como diz Bourdieu., os profissionais do campo político “servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social” (BOURDIEU, 1989, p.177).

Enfim, no entendimento de Bourdieu, o campo político é local por excelência das lutas simbólicas pelo poder simbólico. A seu ver, o campo político “é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.164); é, enfim, o lugar onde se produzem discursos políticos. No processo de produção de discursos políticos, os diversos agentes do campo - partidos, facções e os próprios militantes - procuram produzir os seus sistemas simbólicos com vistas a obterem o poder simbólico, o poder de fazer ver e de fazer crer, de transformar ou de conservar o *habitus* dos indivíduos e com esta transformação ou conservação, a transformação ou a conservação do mundo social. Neste processo, tanto os partidos políticos como as suas facções e os seus militantes, isoladamente ou em grupo, ao elaborarem as suas respectivas ideologias políticas, procuram atender às necessidades internas e externas do campo político. Assim agem os partidos políticos em seus congressos; assim agem suas facções na cotidianidade das lutas internas que ocorrem no interior do partido e assim agem os próprios militantes, individualmente, ao tentarem constituir um grupo hegemônico no interior do partido.

Enfim, uma vez que, no pensamento de Bourdieu, o teor de cada discurso político resulta de condições objetivas e subjetivas específicas e de interesses em jogo na luta política, ele jamais atribuiria o caráter de verdade absoluta a uma determinada ideologia política. Como se pôde observar anteriormente, para Bourdieu, ao observarem as necessidades internas do campo político, os agentes políticos têm suas tomadas de posições condicionadas pelas posições que ocupam na estrutura do campo e, além disso, devem introduzir certas características no conteúdo de seus discursos políticos de modo a poderem se “distinguir” das ideologias apresentadas por seus concorrentes. Da mesma forma, atendendo às necessidades externas do campo, os agentes devem acoplar elementos em suas ideologias de modo a contemplar o *habitus* do maior número possível de clientes para, com

isso, obter a sua legitimidade junto a eles. Assim, diante da aceitação de que tanto o critério de verdade quanto o teor das ideologias políticas é estabelecido conforme o desenrolar das lutas simbólicas pelo poder simbólico, a pretensão de se ter um discurso político como verdade absoluta não tem sustentação. Dizer que um determinado discurso político não expressa a verdade absoluta, não significa dizer que ele não seja dominante e legítimo. A supremacia de um discurso político, bem como a sua legitimidade, depende de seu poder simbólico de mobilização de adeptos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra de Bourdieu, o sentido que atribuímos à noção de ideologia aparece sob as mais variadas denominações: “sistemas simbólicos”, “história reificada”; “discurso político”. Sob essas expressões, Bourdieu designa os sistemas de idéias e representações - religiosos, políticos, jurídicos, morais, etc. - que se encontra instituído no exterior das consciências particulares. Entretanto, para designar as idéias e representações que se encontram presentes na subjetividade dos agentes sociais, Bourdieu utiliza as expressões “habitus”; “história incorporada”. Neste caso, trata-se das idéias e representações que são incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas diversas trajetórias sociais gerando suas predisposições para a ação.

Na concepção de Bourdieu, os sistemas simbólicos são produzidos nas “lutas simbólicas” em que se encontram envolvidos os diversos protagonistas de “campos” específicos do “espaço social”. A exemplo dos demais campos, no campo político, os diversos protagonistas - partidos, facções e militantes - se encontram envolvidos em lutas simbólicas pelo “poder simbólico”, isto é, pelo monopólio da produção e difusão de sistemas simbólicos, ou seja, da produção de discursos políticos legítimos. Nesses processos de lutas, os protagonistas - os partidos no campo político como um todo ou as facções e ou os militantes no interior de um determinado partido - procuram produzir os seus discursos políticos de modo a atender às necessidades internas e às necessidades externas do campo político. Isto significa dizer que, por um lado, ao produzir os seus sistemas simbólicos, os agentes internos do campo político tomam as suas posições ideológicas conforme as posições que eles ocupam na estrutura do campo político ou de um determinado partido. Em consonância com as posições que ocupam, eles podem criar elementos de “distinção” em seus discursos políticos, de modo a os distinguir dos sistemas simbólicos de seus concorrentes. Por outro lado, uma vez que os agentes internos do campo político visam produzir um sistema simbólico que lhes permita conquistar o maior número possível de adeptos, eles procuram atender às necessidades externas, ou seja, as aspirações dos leigos que se encontram na condição de consumidores de bens simbólicos.

Assim, uma vez que um discurso político é produzido conforme certos condicionamentos sociais, ainda que determinados agentes políticos reivindicuem o caráter de verdade absoluta para sua ideologia política, pode-se afirmar que - como às vezes sugeria Max Weber - ele não passa de uma visão de mundo relativa..

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. 1987. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

BOURDIEU, P. 1983:.. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

BOURDIEU, P. 1983^a: *Sociologia*. São Paulo, Ática.

CENTRE for contemporary cultural studies. 1983: *Da ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

LÖWY, M. 1987: *Ideologias e ciências sociais*. São Paulo, Cortez.

LUKÁCS, G. 1981:.. *Sociologia*. São Paulo, Ática.

MANNHEIM, K. (s/d): *Ideologia e utopia*. (...)

MARX, K. e ENGELS, F. 1987: *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec.

MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa Omega.

WEBER, M.1983:.. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.